



**ACÓRDÃO Nº 509/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 1914/2011.**

**Apenso:** Processos nºs 4665/2010, 6532/2013 E 525/2016

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Centro de Educação Técnica do Amazonas - CETAM.

**4- Exercício:** 2010.

**5- Responsável:** Sra. Joésia Moreira Julião Pacheco, Diretora Presidente e Ordenadora de Despesas à época

**6- Advogado:** não possui.

**7- Unidade Técnica:** DICOP e DICA/AM.

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1097/2018 – MPC/ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.

**9- Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Centro de Educação Técnica do Amazonas - CETAM. Exercício de 2010.

*Irregularidade. Multa. Prazo. Alcance.  
Recomendações.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do Voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1– Julgar Irregular** a Prestação de Contas do Centro de Educação Técnica Do Amazonas - CETAM, referente ao exercício de 2010, sob a responsabilidade da **Sra. Joésia Moreira Julião Pacheco**, Diretora Presidente e Ordenadora de Despesas à época, com fulcro no artigo 22, inciso III, alínea “b” e “c” da Lei 2423/1996-TCE/AM, c/c os artigos 5º, inciso II e 188, § 1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

**10.2 – Aplicar Multa à Sra. Joésia Moreira Julião Pacheco**, Diretora Presidente e Ordenadora de Despesas do CETAM, à época, no valor de **R\$ 35.073,00** (trinta e cinco mil e setenta e três reais), com fulcro no artigo 54, inciso II da Lei 2.423/96-TCE/AM, c/c o artigo 308, inciso VI, da Resolução 04/2002- TCE/AM, face às impropriedades descritas nos ITENS 5.1, 5.2 (SUBITENS 5.2.1 ao 5.2.11), 5.3, 5.4, 5.5, 5.6, 5.8, 7.1, 7.2, 7.3, 7.5, 7.6, 7.9 e 7.10, pelas razões destacadas no Relatório/Voto nº 248/2014 – GCJC, fls. 1760/1789 em somatório a análise feita no voto;

**10.2.1 – Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para que a responsável proceda com o recolhimento da multa a ela imputada à esfera estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”, devendo a responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;



**ACÓRDÃO Nº 509/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.2.2 – Autorizar** a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex vi do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas

**10.3 – Considerar em Alcance à Sra. Joésia Moreira Julião Pacheco**, Diretora Presidente e Ordenadora de Despesas do CETAM, exercício 2010, no valor de **R\$10.334,70** (dez mil, trezentos e trinta e quatro reais e setenta centavos), em razão da impropriedade não sanada registrada no ITEM 5.4 do Relatório/Voto nº 248/2014 – GCJC, fls. 1766, nos termos do artigo 305, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM (ITEM 12.1 do Relatório/Voto nº 248/2014 – GCJC, fls. 1787);

**10.3.1 – Fixar Prazo de 30 (trinta) dias** para o recolhimento do valor mencionado acima à esfera Estadual, para o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM, com comprovação perante esta Corte de Contas, acrescidos de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art. 72, III, “a”, da Lei Estadual n. 2.423/1996 c/c art. 169, I, e art. 174, ambos da Resolução n. 4/2002-TCE/AM.

**10.4 – Considerar em Alcance** por Responsabilidade Solidária à **Sra. Joésia Moreira Julião Pacheco**, Diretora Presidente e Ordenadora de Despesas do CETAM, exercício 2010, a **Senhora Augusta Edméa Rocha das Neves**, Arquiteta, CREA-PA 5209-D, Fiscal de Obras, e a empresa TRIFITY CONSTRUÇÕES LTDA, no valor total de **R\$ 81.437,71** (oitenta e um mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e um centavos), em razão das glosas discriminadas a seguir;

**10.4.1 – R\$ 5.604,64** (Cinco Mil, Seiscentos e Quatro Reais e Sessenta e Quatro Reais), em razão da impropriedade não sanada e relacionada no ITEM 7.7 do Relatório/Voto nº 248/2014 – GCJC, fls. 1774, nos termos do artigo 305, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM (ITEM 13.1 do Relatório/Voto nº 248/2014 – GCJC, fls. 1788);

**10.4.2 – R\$ 75.833,07** (Setenta e Cinco Mil, Oitocentos e Trinta e Três Reais e Sete Centavos), em razão da impropriedade não sanada e relacionada no ITEM 7.8 do Relatório/Voto nº 248/2014 – GCJC, fls. 1775, nos termos do artigo 305, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM (ITEM 13.2 do Relatório/Voto nº 248/2014 – GCJC, fls. 1787);

**10.4.3 – Fixar Prazo de 30 (Trinta) dias**, a contar da notificação, para que os responsáveis recolham os valores do débito acima aplicado aos cofres da Fazenda Pública Estadual, para o órgão Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 22, inciso III, alínea “a” e “b”, c/c o artigo 72, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 2.423/1996 e o artigo 169, inciso I c/c o artigo 174, caput, da Resolução 04/2002 – TCE/AM (ITEM 13.4 do Relatório/Voto nº 248/2014 – GCJC, fls. 1787)

**10.5 – Recomendar** ao Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM, para que:

**10.5.1 – Não mais escreva em restos a pagar**, os processos de pagamento de diárias, considerando que as mesmas são utilizadas em período determinado e de uso imediato para



**ACÓRDÃO Nº 509/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

pousada e alimentação do servidor designado, em atendimento ao Decreto Estadual nº 16.394/96 (ITEM 8 – Relatório Conclusivo – DICA/AM);

**10.5.2** – Formalize para as próximas contratações o competente Termo de Referência Próprio ao invés de Projeto Básico, sob pena de reincidência com as sanções cabíveis (ITEM 20.1 – Relatório Conclusivo – DICA/AM);

**10.5.3** – Não mais elabore Projeto Básico de forma sintética, mas ampla, analítica e objetiva, conforme o inciso IX, do artigo 6º, da Lei 8.666/93 (SUBITEM 2.1 – Relatório Conclusivo – DICA/AM);

**10.5.4** – Atente-se com rigor ao respeito das formalidades legais para a realização de acréscimos contratuais, obedecendo estritamente o disposto no art. 65, I, b da Lei n. 8666/93, especialmente, quanto aos documentos necessários a comprovação das exigências fixadas no referido dispositivo legal, conforme esclarecido nas ponderações do Relator no voto;

**10.5.5** – Que as cópias reprográficas sejam controladas internamente por meio de requisições e que tais requisições sejam apresentadas quando das prestações de contas a esta Corte, em deferência ao exercício do mister constitucional do controle externo, conforme esclarecido nas ponderações do Relator no voto.

**11- Ata:** 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 07 de Agosto de 2018.

**13- Especificação do quórum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**JULIO CABRAL**

Conselheiro-Relator

**JOAO BARROSO DE SOUZA**

Procurador-Geral